



EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA: UMA PRÁTICA EDUCATIVA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Arthur Carlos da Silva(1) Orientado Eduardo Jorge Lopes da Silva(2)

Universidade Federal da Paraíba, Campus III, arthurcarlos17@gmail.com (1) UFPB, Centro de Educação,
Departamento de Fundamentos da Educação, eduardojorgels@gmail.com (2)

RESUMO: O presente trabalho bibliográfico tem por objetivo fazer uma breve reflexão sobre a escola pública como campo propício para as práticas pedagógicas de Educação Popular (EP). A EP, historicamente vem se contrapondo a um modelo tradicional de educação valorizando práticas educativas “libertadoras”, incentivando os atores envolvidos, formando seres críticos e reflexivos. O texto traz algumas reflexões, os quais nos ajudam a refletir, tanto a escola pública como a EP na atualidade, em seu contínuo processo de ressignificação. Nossas reflexões partem das seguintes questões: que escola nós temos hoje? Ela forma para que? E como a EP atende a uma formação humana, social e democrática dos sujeitos? A medida que refletimos e conhecemos a realidade da escola pública, fica mais que claro a necessidade de uma educação realmente mirada para as classes populares, e a medida que refletimos sobre a EP, em sentido amplo, de sua origem até seu processo de ressignificação e vigência na contemporaneidade percebemos que ela é essa educação que tem como ponto de partida os marginalizados pela sociedade, e como ponto de chegada a emancipação do sujeito enquanto ator e transformador de sua realidade. Concluimos que a EP, em seu tempo presente, ratifica seus princípios como uma educação crítica e reflexiva, com poder de transformação contínua, em busca sempre de uma sociedade melhor, assim tendo em vista que a escola é uma instituição responsável pela formação de um sujeito preparado para atuar em sociedade e democraticamente não há uma proposta pedagógica que mantendo padrões reprodutivistas atendam a este objetivo, podemos dizer que a não basta a escola ser pública ela tem que ser popular.

Palavras-chave: Educação Popular, Escola pública, transformação social.



INTRODUÇÃO

A Educação Popular (EP)¹, tão discutida nos anos 1960, não pode ser vista como algo ultrapassado, que não serve para os dias atuais, visto que esta educação forjada no seio dos movimentos sociais, tendo como seu principal teórico o educador Paulo Freire, traz uma proposta de uma educação crítica, reflexiva, libertadora e emancipatória. Apesar de, na sua origem, a educação popular centrar na luta de classes e no reconhecimento da situação de oprimido das classes exploradas pelas classes opressoras e dominantes, busca para que estes primeiros, se reconheçam como atores históricos e únicos, capazes de transformar esta situação de submissão, encontrem a libertação na busca de melhores condições de vida. Como afirma Mário Garcés (2006, p. 77):

A Educação Popular, a partir dos anos 1960, relaciona-se com as contribuições que uma nova forma de educar (libertadora ou problematizadora, em sentido freireano) podia pôr em prática para favorecer o protagonismo histórico dos oprimidos (não sem intenção, Freire intitulou a maior obra da sua vida *Pedagogia do Oprimido*).

Atualmente pode-se afirmar que, a EP, em sentido ainda amplo, está para além da luta de classes, do debate dos novos movimentos sociais, que adentram na luta da democracia, e do reconhecimento identitário, seja de gênero, de cor/etnia, de religião etc. Por isso, esta educação, sem dúvida, está presente nas práticas educativas da escola pública, e, sobre isso que este trabalho apresenta a reflexão aqui posta, no corpo desse ensaio. Compreende a contribuição da EP para as práticas educativas escolares, em sua perspectiva de educação crítica, libertadora e emancipatória, que venha romper com os padrões meramente reprodutivistas e alienantes. Para isso, partimos de alguns questionamentos, como: que escola nós temos hoje? Ela forma para que? E como a educação popular, atende a uma formação humana, social e democrática dos sujeitos? Estes questionamentos serão respondidos no decorrer deste texto, à medida que refletimos sobre a escola pública e sobre a EP.

METODOLOGIA

O Presente trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, ou seja, aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de

¹ A partir do exposto, converteremos em identifica-la pela sigla EP.



livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na Internet” (Kauark et.al, 2010, p.28). Assim no decorrer do trabalho estaremos discutindo a educação popular, a sociedade e a escola pública a partir da análise de trabalhos já publicados por outros teóricos, estudiosos da temática em tela.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não é de hoje que se discute as questões das práticas pedagógicas da escola no Brasil, que atualmente ainda, em sua maioria se baseia em práticas mecânicas, tendo os alunos como um tábula rasa, e que fica para o professor o papel de levar o conhecimento para os mesmos, o que Freire (2002) chamaria de educação bancária, cuja aula, o aluno não passa de mero reprodutor/receptor. Garcés (2006, p. 77) afirma:

O popular da “educação popular”, desde os anos 1960, optava exatamente pela promoção de práticas educativas “libertadoras”, para o desenvolvimento de sujeitos coletivos e populares, capazes de constituírem-se em protagonistas das necessárias mudanças sociais e políticas a favor da justiça, da igualdade e do desenvolvimento requeridos por nossas sociedades.

Assim a educação popular, desde seu surgimento, foi uma alternativa à prática de educação bancária, em favor do desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, do empoderamento e tomam a frente nos processos, pela qual o conhecimento deixa de ser apenas transmitido pelo professor e passa a ser produzido em conjunto, valorizando os saberes já existentes em cada um dos indivíduos, isso ocorre exatamente pelo fato de a educação popular se empenhar em práticas educativas “libertadoras” em que os educandos passam a ser protagonistas das transformações sociais.

Voltado ao modelo tradicional que ainda predomina em nossas escolas, Saviani (1991, p. 54) afirma.

Esse ensino tradicional que ainda predomina hoje nas escolas se constituiu após a revolução industrial e se implantou nos chamados sistemas nacionais de ensino, configurando amplas redes oficiais, criadas a partir de meados do século passado, no momento em que, consolidado o poder burguês, aciona-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como um instrumento de consolidação da ordem democrática.



É possível observar o objeto ao qual a escola foi constituída na fala do autor, para consolidação da ordem democrática, mas não há democracia sem participação, sem um pluralismo de ideias pedagógicas, as quais divergem, e debatem para a formação do novo. Pois o mesmo autor também cita:

Como as iniciativas cabiam ao professor, o essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado. Assim, as escolas eram organizadas em forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente. (SAVIANI, 1991. p.18)

Nesta escola tradicional, idealizada no século XIX, não havia espaço para o diálogo, nem muito menos para ouvir os conhecimentos que os educandos já possuíam, esta forma passiva de transferir conhecimento não poderia formar um cidadão preparado para atuar numa sociedade democraticamente, rompendo com os padrões dominantes de exploração, não podia formar pessoas críticas, pois a verdade absoluta era aquela posta pelo professor. Assim, já passamos do momento de romper com esta realidade escolar, não basta apenas dar ao povo “escolas” é preciso também uma “educação popular” que promova a participação, o empoderamento e a “libertação”, a EP em seu discurso atual amplia-se, renova-se para além do discurso apenas classista, ela acompanha as mudanças nos movimentos sociais populares.

O discurso atual concebe a EP como um movimento (teórico – prático) de luta pela inclusão social, através da formação político-pedagógica de sujeitos críticos-reflexivos e construtores de sua história, inclusive, valorizando-a, sem menosprezarem outras existentes ou os demais atores sociais surgentes. (SILVA, 2016, p. 54)

Assim, a educação popular como prática pedagógica uma vez estando dentro do ambiente escolar ela atende as necessidades das classes populares ou grupos oprimidos, no intuito de promover a participação, a reflexão e o reconhecimento do outro, de novos atores sociais surgentes, da a possibilidade de transformação por meio dos sujeitos que empoderados são capazes de atuar e transformar a realidade. Além disso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em seu art.2º afirma: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim no tocante do pleno desenvolvimento e no preparo como cidadão apto a atuar em sociedade a educação popular supre a tal obrigação ao ter no seu ideal a liberdade e o protagonismo dos sujeitos buscando a emancipação humana dos mesmos, e a



atuação para o trabalho torna-se consequência por ser prática social relevante e sempre presente na vida em sociedade.

A escola atual não pode, e nem deve continuar reproduzindo padrões ultrapassados, em especial a escola pública, pois nela se encontra a pluralidade, as diferenças, as crianças, os jovens e os adultos de diversas comunidades, grupos étnicos, população LGBT, com toda uma cultura, uma riqueza e histórico de exclusão. A exclusão do ser da periferia onde as políticas públicas fecharam os olhos para suas problemáticas, a exclusão do menino(a) gay, lésbica ou trans, frente a uma sociedade machista e homofóbica, a exclusão do menino(a) negro(a) diante da marginalização e do padrão de beleza europeu e etc.

Neste contexto de inclusão, de emancipação dos sujeitos excluídos, da autonomia, participação e reconhecimento dos mesmos como sujeitos históricos e construtores de suas realidades que a EP se faz necessária dentro da escola pública, à escola não basta ser apenas gratuita, ela tem que ser popular, tem que trazer uma real educação mirada para o povo e seus diversos seguimentos sociais. Sobre o discurso atual da EP, Silva (2016, p. 60), assevera:

[...] a EP revela, em seu discurso atual, que as 'lutas' sociais requerem o conhecimento das novas demandas emergentes (gênero, etnia, racismo, homofobia, meio ambiente, trabalho etc.) como parte de sua opção ética e política em favor de mudanças qualitativas para tais empenhos e consequentemente, para uma sociedade melhor.

A EP encontra-se mirada para essa transformação social, se antes teríamos o foco na classe trabalhadora, agora permanecemos nela, mas ampliamos para o identitário, essa ressignificação da EP atende ainda mais as demandas dos diversos segmentos sociais populares. Mas não é apenas em sala de aula que a EP pode estar presente na escola pública. Paro (1999, p. 12) ainda revela

[...] nenhum tipo de administração escolar está voltado para a transformação social, alguns se preocupam em atender às necessidades e interesses do seu próprio grupo social que tem domínio nesse tipo de administração, se preocupando mais em manter *status quo*. Outros sequer conseguem agir contra tais causas, são deficitárias no que diz respeito à transformação da realidade em direção a uma administração organizada e avançada socialmente.

Logo identificamos na fala do autor uma problemática ainda maior no âmbito da escola pública, onde a gestão educacional deve ser de forma democrática, mas, como fazer uma gestão democrática, sem permitir que a democracia, o diálogo e o debate entre dentro das



salas de aulas de nossas escolas? Não seria ingênuo demais, esperar que do nada surjam seres democráticos? O debate em sentido libertário se faz necessário, tanto nas aulas como na gestão educacional, na inclusão da sociedade/comunidade, a qual a escola pertence. É preciso uma educação popular que forme sujeitos ativos e preparados para atuar democraticamente, para que funcione um modelo democrático de gestão.

Se o modelo de escola tradicional não atendia a uma formação democrática do indivíduo na época de sua gestação, muito menos hoje, frente a um capitalismo ampliado e consumista do neoliberalismo. Pois não devemos esquecer do sistema opressor ao qual vivemos, um capitalismo ampliado que oprime e que está completamente pautado no lucro, e o que não é lucrativo é consequentemente ruim.

Neoliberalismo este que sufoca a identidade e enquadra tudo a um mercado, a uma forma de mercadoria, competitiva, pronta para ser comercializada e ainda mais agravante “Orientam-se pela visão de um Estado fraco. Nesse caso, o que é privado é necessariamente bom e o que é público é necessariamente ruim” (APPLE. 2003.p.44). As instituições públicas são na verdade um lugar onde apenas se joga dinheiro, e a escola pública é vista como lugar de “fracasso econômico” onde se gasta para não se obter rendimento.

O que sustenta essa postura é uma visão dos alunos como capital humano. O mundo é intensamente competitivo em termos econômicos e aos alunos – em sua condição de futuros trabalhadores – devem ser dadas as qualificações e a disposição necessária para competir eficientemente e efetivamente. (APPLE.2003, p. 45)

Esta visão de aluno enquanto capital, contradizendo a ideia de uma escola pública, que por ser pública não atende ao mercado, não é competitiva e é ruim exatamente por não favorecer ao mercado capitalista, impulsiona uma ideia de uma escola que deva preparar para o mercado apenas, porém a escola pública é dotada de qualitativos, entre eles as diferenças, e a possibilidade de remar exatamente ao contrário da maré que o mercado impulsiona, e formar além de mão de obra, formar seres humanos capazes de superar o preestabelecido pelo capitalismo neoliberal.



CONCLUSÃO

A medida que refletimos e conhecemos a realidade da escola pública, fica mais que claro a necessidade de uma educação realmente mirada para as classes populares, e a medida que refletimos sobre a EP em sentido amplo, de sua origem até seu processo de ressignificação – processo esse que sempre estará no tempo presente, pois a EP por se tratar de uma educação crítica e reflexiva tem o poder de transformação continua, em busca sempre de uma sociedade melhor – fica evidente sua preocupação com o ser oprimido, ou periférico, que empoderado é capaz de transformar realidades e sendo assim dá a escola pública o que a mesma necessita, uma educação teórico/prática voltada para a sua realidade e sua pluralidade.

Notamos que esta educação deve ser assumida pela escola pública, uma vez que a EP nasce da luta dos movimentos sociais populares e se fortalece na medida em que seus sujeitos, por ela atingidos, vem refletir e agir em prol da transformação da realidade, do contexto social opressor a qual ele está inserido. A escola pública é “solo fértil”, propício para criação do novo, da nova sociedade a qual todos almejamos, e é preciso que se plante, que se dê autonomia, que empodere aqueles que dela faz parte, para que assim se transforme não só a escola, mas toda uma sociedade.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à Direita: mercado, padrões, Deus e desigualdade.** São Paulo. Cortez: instituto Paulo Freire, 2003

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

GARCES D, Mario. **Educação Popular e Movimentos Sociais**, in. PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas.** – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. p. 77-89.

KAUARK, Fabiana da Silva. MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático.** Via Litterarum. Itabuna/ Bahia. 2010.

PARO, V. H. **Administração escolar: Introdução crítica.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes. **Educação Popular: refundamentação e vigência no discurso latino-americano.** Jundiaí, Paco Editorial. 2016.